

De “Lélia de Almeida” a “Lélia Gonzalez”: A construção sociopolítica do sujeito discursivo Lélia

RESUMO

Lohana Larissa Mariano Cíviero
E-mail: lohanalarissa483@gmail.com
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Paraná, Brasil

Renan Fabrício Lorenzatto da Silva
E-mail: renanlorenzatto0610@gmail.com
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Paraná, Brasil

A partir dos estudos sobre o sujeito, formação discursiva e ideológica da Análise de Discurso de linha francesa, este artigo tem como objetivo discorrer sobre a constituição social e política de Lélia de Almeida e Lélia Gonzalez, que são um mesmo sujeito. Para a elaboração desta pesquisa, foi necessária a reflexão sobre os fatos ocorridos e situações vivenciadas pelo sujeito, atentando-se às mudanças cruciais no assujeitamento deste. A base teórica foi pautada em Orlandi (2006, 2009, 2012, 2013), que discorre sobre o sujeito discursivo e, também, na biografia de Lélia Gonzalez (RIOS, 2010). O resultado desta pesquisa mostrou que o sujeito Lélia foi atravessado por formações discursivas e ideológicas distintas, no decorrer de sua vida, que foram fundamentais para sua constituição enquanto sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito discursivo. Análise de Discurso. Lélia Gonzalez.

INTRODUÇÃO

Lélia de Almeida e Lélia Gonzalez, embora seja representado pela mesma pessoa, é um sujeito que passou por significativas mudanças ao longo da vida. Essas transformações vieram desde o nome, de Almeida para Gonzalez, e até mesmo em outros aspectos, como no entendimento de pautas femininas e raciais.

Desse modo, esta pesquisa se propõe a entender discursivamente a trajetória de vida social e política de Lélia Gonzalez, que é, ainda nos dias de hoje, uma das principais referências do movimento de militância negra no Brasil. Para isso, é traçada uma linha temporal desde a infância de Lélia, em Minas Gerais, sua adolescência e sua vida adulta no Rio de Janeiro, até sua ascensão como militante.

Discorreremos, neste trabalho, sobre como o sujeito Lélia foi atravessado pelo discurso com o passar dos anos. Para aprofundamento teórico e metodológico, foram utilizados os conceitos da Análise de Discurso de linha francesa – teorizada por Michel Pêcheux –, especificamente as concepções sobre sujeito, formação discursiva e ideológica.

METODOLOGIA

Na década de 1960, a Análise de Discurso de linha francesa (doravante AD) surge da junção de outras três áreas da linguagem: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. A partir da primeira, teve-se o conhecimento de que a língua não é transparente, isto é, ela possui uma materialidade própria. A segunda diz respeito à materialidade histórica, ou seja, o ser humano produz sua história, mas ela não é transparente para ele. Por fim, a Psicanálise faz com que o sujeito reconheça sua opacidade, uma vez que o próprio sujeito não será transparente para ele mesmo (ORLANDI, 2006).

Desse modo, Eni Puccinelli Orlandi (2013) apresenta três características primordiais da AD:

- a. A língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. A história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c. O sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas afetam. Isso redundava em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2013, p. 19).

A conjunção dessas três características fez surgir um novo objeto para a AD: o discurso. Com ele, não há uma separação entre social e histórico; ambos estão em consonância. Desse modo, a AD é possível. Para Segundo Eni Puccinelli Orlandi (2009, p. 60), essa teoria “[...] introduz, por meio da noção de sujeito, ideologia e de situação social e histórica. Ao introduzir a noção histórica vai trazer para reflexão as questões de poder e das relações sociais”. A autora ainda discorre que, na AD, “[...] procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2013, p. 15), ou seja, busca-se entender os discursos e seus sentidos.

A AD trabalha, ainda, com a tríade: língua, discurso e ideologia, uma vez que a materialidade da ideologia está colada na língua, bem como a materialidade do discurso está na língua. De acordo com Pêcheux (1975 *apud* ORLANDI, 2013, p. 17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. É por isso, então, que a AD utiliza o termo “sujeito” e não “indivíduo”.

Segundo Pêcheux (1975 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 457), o sujeito do discurso

[...] não se pertence, ele se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. Trata-se do fenômeno da interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso [...] pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, porque o sujeito é sobredeterminado por pré-construídos ideológicos [...].

Na concepção de Orlandi (2005), somente a partir da língua o sujeito consegue ser interpelado em sujeito pela ideologia. Com isso, temos o modo sujeito histórico, por exemplo, o capitalismo. No processo de interpelação, há uma crítica feita pelo materialismo do discurso à teoria filosófica idealista da linguagem, que destaca a existência de dois aspectos de evidência, um que diz respeito à constituição do sujeito e outro que se refere ao sentido. Essa crítica está relacionada ao subjetivismo idealista. Segundo Orlandi (2005, p. 02), “O sujeito se submete à (sic) língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um movimento sócio historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia”.

Além disso, sobre a subjetividade do sujeito em AD, a teórica Orlandi (2012, p. 99) discorre que “[...] o sujeito [...] é posição entre outras, subjetivando-se na medida [...] em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)”. Desse modo, o sujeito e o sentido são constituídos juntos, na consonância com a linguagem e a história; nesse momento, há uma junção entre o imaginário e a ideologia.

A partir dessas considerações dos autores sobre AD e, ainda, com relação à constituição do sujeito, discorreremos, na sequência, sobre a vida e feitos de Lélia Gonzalez, para que ocorra o entendimento acerca das ideologias que atravessaram o sujeito Lélia no decorrer de sua vida.

DESENVOLVIMENTO RESULTADOS E DISCUSSÕES

Lélia de Almeida nasceu no dia primeiro de fevereiro de 1935, na cidade de Belo Horizonte, localizada em Minas Gerais, que estava na zona Leste do Brasil naquela época. Vinda de uma família pobre, Lélia era filha de Acácio Joaquim de Almeida, um operário de etnia negra, e de Urcinda Serafim de Almeida, que era empregada doméstica, analfabeta e de origem indígena. Nasceu sendo a décima oitava e penúltima filha do casal. Até então, todos da família trabalhavam para contribuir no sustento da família e o estudo era realizado até o primário. Segundo a própria Lélia, em uma entrevista cedida a Carlos Alberto Pereira e a Heloisa Buarque de Hollanda (1980),

[...] no meu caso, o que aconteceu foi que [por ser] uma das últimas, a penúltima da família, já tendo como companheiros de infância os meus próprios sobrinhos [...] a visão de meus pais com relação a mim já foi uma visão de neta, praticamente. Então, eu tive oportunidade de estudar, fiz jardim de infância ainda em Belo Horizonte [...] (PEREIRA; HOLLANDA, 1980, p. 202).

Boa parte da família Almeida sofreu com as limitações de raça, classe e, entre as mulheres, de gênero. Ressaltamos aqui o que Avtar Brah (2006) discorre em seus estudos sobre a interseccionalidade dessas estruturas: “[...] não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p. 351). Nesse sentido, Lélia Gonzalez, sendo uma das últimas filhas do casal, e tendo a casa sustentada também com a ajuda dos irmãos mais velhos, conseguiu ultrapassar a barreira dessa tríade e, mesmo diante de dificuldades, teve a oportunidade de ingressar no jardim de infância graças a uma família italiana para a qual sua mãe trabalhava como empregada doméstica e como ama de leite¹.

Dona Urcinda amamentou uma criança que se tornara órfã e tinha aproximadamente a mesma idade da filha. Como gratidão e pelos laços afetivos estabelecidos com a ama de leite, na idade em que a menina foi encaminhada ao jardim de infância, seus familiares resolveram proporcionar a Lélia idêntica oportunidade, assumindo as mensalidades [...] (BARBOSA, 2015, p. 34).

Com isso, é possível observar que ser doméstica, naquela época, era uma função que não se limitava apenas aos serviços domésticos, como lavar, passar, cozinhar e limpar. No caso de Urcinda, além de todas essas tarefas, era ama de leite da criança da família para quem trabalhava. Os estudos iniciais de Lélia se deram por conta dessa função de Urcinda. Ressaltamos que Lélia de Almeida era praticamente uma exceção à realidade das crianças negras e pobres daquela época. Não havia uma perspectiva, além do trabalho, para essas crianças.

No início da década de 1940, um dos irmãos mais velhos de Lélia, chamado Jaime de Almeida, destacou-se no Clube Atlético Mineiro como jogador de futebol e foi convidado a participar do Clube de Regatas Flamengo, no Rio de Janeiro. O jogador Jaime de Almeida, então, aceitou o convite e com ele toda a família se mudou para o Rio de Janeiro. Nessa época, Lélia estava com sete anos de idade. Segundo ela, Jaime de Almeida era considerado um pai simbólico: “[...] meus companheiros de infância eram meu irmão mais novo e os sobrinhos. Meu pai já era de cabelos brancos... bem mais velho que minha mãe... efetivamente meu pai foi o Jaime... [...]” (VIANA, 2006 *apud* RATTS; RIOS, 2010, p. 30).

Alguns meses depois da mudança da família para o Rio de Janeiro, o pai, Acácio, faleceu. Porém, a vida acadêmica de Lélia de Almeida continuou. Em uma entrevista concedida a O Pasquim (1986 *apud* BARBOSA, 2014), Lélia relata que, durante esse período, enfrentou diversos desafios.

Me recordo perfeitamente que cada um [da família] dava uma coisinha, uma irmã dava um sapatinho, outra dava uma meinha e outra fazia o uniforme [...] estudei com muita dificuldade. Os livros eram emprestados pelas colegas [...] Eu

ia estudar nas casas das amigas [...] (O PASQUIM, 1986 *apud* BARBOSA, 2014, p. 34).

Aqui vemos Lélia sendo atravessada pela tríade: gênero, raça e classe – mulher, negra e pobre. Além de estudar com muita dificuldade, também teve que ajudar sua família financeiramente por determinado período. Para tal, trabalhava como babá, assim como a maioria das mulheres negras daquela época, que tinham seus trabalhos relacionados aos afazeres domésticos.

Após se recusar a ser empregada doméstica, função que a sociedade relacionava diretamente às meninas e mulheres negras daquela época, Lélia saiu do emprego. Enquanto mulher, o gênero faz parte diretamente do sujeito Lélia, o constitui, assim como a classe, a etnia, a nacionalidade. De acordo com a estudiosa Guacira Lopes Louro (1997, p. 25),

[...] admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” — produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.).

Lélia de Almeida então continuou o seu percurso acadêmico. Sobre sua trajetória educacional, ela relatou:

Fiz escola primária e passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque, na medida em que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra. E, claro, passei pelo ginásio científico, esses baratos todos (RATTS; RIOS, 2010, p. 31).

Nesse depoimento, Lélia conta sua relação com o processo de branqueamento a que estava assujeitada, por ser uma menina negra em uma condição educacional totalmente branca. Kimberlé Crenshaw (2002), defensora dos direitos civis, discorre que “Os que são pobres, ou são de alguma outra maneira marginais, geralmente são diferentes da elite seja pela cor, pela casta, descendência, língua ou religião” (CRENSHAW, 2002, p. 184). Com Lélia Gonzalez aconteceu exatamente isso: por ser diferente, pobre e negra, teve que, de uma forma ou de outra, se adequar aos padrões da elite com a qual convivia. A partir disso, segundo Orlandi (2012), o sujeito “[...] se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia” (ORLANDI, 2012, p. 103).

Lélia, já consciente de sua etnia, narra a influência da elite branca em sua vida na sua consolidação no sistema educacional brasileiro:

Meu relacionamento era sempre uma coisa estranha. Quanto mais você se distancia de sua comunidade em termos

ideológicos, mais inseguro você fica e mais você internaliza a questão da ideologia do branqueamento. Você termina criando mecanismos para você se segurar, houve, por exemplo, uma fase que eu fiquei profundamente espiritualista. Era uma forma de rejeitar meu próprio corpo. Essa questão do branqueamento bateu muito forte em mim e eu sei que bate forte em muitos negros também (O PASQUIM, 1986 *apud* RATTIS; RIOS, 2010, p. 38).

No relato, Lélia conta sobre seu afastamento da comunidade negra com a sua fixação na academia, conforme ingressava na universidade. A realidade da moça já era distinta das meninas negras que habitavam a mesma comunidade que ela. Assim, ela passa a estar em uma condição de produção diferente da de seu povo. Com isso, sua mãe resolve deixar a responsabilidade da vida de Lélia para ela mesma e, assim, ela se fixou cada vez mais nas condições de produção acadêmica da época.

Lélia, a partir de seu próprio discurso, mostra certo senso crítico a seu eu do passado, que era inscrito em uma formação discursiva e não outra. Desse modo, os discursos dizem respeito a formações ideológicas ditas, determinando, assim, os sentidos ideologicamente.

De acordo com Orlandi (2013, p. 53),

[...] o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas.

Lélia ainda relata sobre o seu processo de aluna para professora:

Na faculdade já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema. Eu fiz Filosofia e História. E a partir daí começaram as contradições. Você enquanto mulher e enquanto negra sofre evidentemente um processo de discriminação muito maior (GONZALEZ, 1979 *apud* RATTIS; RIOS, 2010, p. 41).

Sobre o processo de “branqueamento” e “embranquecimento” que Lélia teoriza mais tarde em sua vida, Louro (2006) discorre a respeito das normatizações do corpo e, além disso, do comportamento, imposto a professoras pelo sistema educacional brasileiro daquela época:

[...] como modelos das estudantes, [...] deveriam se trajar de modo discreto e severo, manter maneiras recatadas e silenciar sobre sua vida pessoal. Ensinava-se um modo adequado de se comportar, de falar, de escrever, de argumentar. Aprendiam-se os gestos e olhares modestos e decentes, as formas apropriadas de caminhar e de sentar. [...] através de múltiplos dispositivos e práticas ia se criando um jeito de professora (LOURO, 2006, p. 461).

A partir disso, temos a perspectiva de uma universidade brasileira, tal qual pensada para e pelas elites. Desse modo, Lélia de Almeida tinha que se encaixar

nesse modelo imposto. Para Pêcheux (2014, p. 146), “a ideologia fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado”. Assim, a partir das formações ideológicas sobre **o que é uma professora**, a jovem moça, Lélia, até determinado ponto, seguia o sistema, inclusive mantendo o seu cabelo alisado.

Segundo Alex Ratts e Flavia Rios (2010),

O cabelo – com outros elementos, como o vestuário – compões a corporeidade pessoal em suas múltiplas leituras no espaço público e privado. Nesse sentido, apesar da divulgação, nos anos 1960, de penteados afro ou *black power*, especialmente seguindo uma moda americana, muitas mulheres negras usaram os mesmos artifícios para que o cabelo [...] ficasse ou parecesse liso, no máximo com algumas ondulações (RATTS; RIOS, 2010, p. 50).

Sobre o assujeitamento do sujeito no social, Orlandi (2005, p. 41) discorre:

Uma vez interpelado em sujeito pela ideologia em um processo simbólico, o indivíduo, agora como sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual concreta [...] caracterizado pelo percurso bio-psico-social [...] Há, pois, o caráter irreversível do assujeitamento e a possível resistência do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza.

A partir dessa perspectiva, vemos que o sujeito Lélia de Almeida, professora universitária, foi atravessado por determinada formação discursiva e ideológica, afetado pela história e língua que o constituía. Segundo Orlandi (2013, p. 49), se o sujeito “[...] não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos”.

Durante os meados da década de 1960, Lélia de Almeida, ainda no sistema universitário, começou a discutir sobre questões de seu tempo, como o surgimento da pílula anticoncepcional. No entremeio dessas discussões, ela conheceu Luiz Carlos Gonzalez, com quem logo começou um relacionamento amoroso. Segundo relatos da própria Lélia, o amor do casal se deu à primeira vista. Porém, a família de Gonzalez logo desaprovou o relacionamento.

Segundo Paulo Corrêa Barbosa (2014, p. 44), “O envolvimento com uma moça negra não era aquilo com o que haviam sonhado os pais do rapaz de origem espanhola”. Do mesmo modo, o namoro entre Lélia e Luiz continuou e, então, decidiram se casar em 1964, no mesmo ano que se instalava no Brasil a dolorosa e calamitosa ditadura militar. Neste tempo, Lélia Gonzalez lecionava aulas de filosofia em importantes colégios cariocas, além de organizar grupos de estudos sobre filosofia em sua casa, no bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Lélia, ao casar-se oficialmente com Luiz, mudou seu nome para Lélia Gonzalez – adotando o sobrenome do então marido.

A família de Luiz reagiu com total reprovação. Lélia relata em Pereira e Hollanda (1980) que quando os pais de Luiz Gonzalez descobriam sobre a oficialização do casamento do casal, a situação piorou; foi então que, para a família dele, ela se transformou “[...] numa ‘prostituta’, numa ‘negra suja’ e coisas desse nível... Mas meu marido foi um cara muito legal, sacou todo o processo de

discriminação da família dele e ficamos juntos até sua morte” (PEREIRA; HOLLANDA, 1980, p. 203)

Com toda a represália por parte de sua família, Luiz Carlos Gonzalez rompeu os laços com a família para permanecer ao lado de Lélia. Além disso, o rapaz se interessou por questões raciais, políticas, questionando, inclusive, a própria Lélia sobre o apagamento de sua identidade. Dessa forma, Lélia passou a ter interesse pelas temáticas de raça, gênero. Contudo, quase um ano após o matrimônio do casal, Luiz Carlos Gonzalez cometeu suicídio por não aguentar toda a pressão de sua família.

Devido ao fato de Luiz Carlos ter sido extremamente importante na vida de Lélia, e por ele ter sido a primeira pessoa a colocar em pauta questões próprias da identidade dela, Lélia concluiu que manter o sobrenome do marido seria uma forma de honrar a existência dele. Dois anos mais tarde, em 1967, sua mãe, Urcinda, falece. É a partir desse momento que Lélia Gonzalez passa a frequentar reuniões sociopolíticas, dando espaço à feminista e ativista Lélia.

Lélia Gonzalez foi atrás de suas raízes, suas origens, em um processo de (re)construção identitária, passando a ter uma consciência racial e de gênero que não tinha antes. Louro (1997, p. 28) ressalta que “[...] as identidades dos sujeitos não podem ser entendidas como fixas, estáveis, como ‘essências’”. Isto é, a nova identidade de Lélia Gonzalez se deu por uma série de fatos que ocorreram em sua vida, demonstrando, assim, que as identidades são mutáveis.

Em meados de 1972, a ditadura militar estava em constantes perseguições por aqueles que eram contra o regime. Lélia Gonzalez teve seu nome registrado nos documentos do Departamento de Ordem e Política Social (Dops) pela primeira vez nesse mesmo ano. O órgão era responsável pela repressão de qualquer grupo que se opunha ao governo ditatorial. Gonzalez era acusada de recrutar pessoas para seguir a doutrina marxista na universidade em que dava aula. Como dito anteriormente, Lélia realmente tinha um grupo de estudos filosóficos em sua casa sobre as teorias de Karl Marx. Mas, após investigações, o Dops não conseguiu comprovar a acusação e, felizmente, nada aconteceu com Lélia Gonzalez.

Pouco tempo depois, a intelectual passou a frequentar reuniões do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) junto com seu amigo Januário Garcia. Foi com essas reuniões que Lélia Gonzalez se envolveu ainda mais com a militância negra. Em 1976, iniciou o seu primeiro curso sobre a Cultura Negra no Brasil, fortalecendo-se ainda mais no Movimento Negro. Dois anos mais tarde, juntamente com outros ativistas negros, Lélia Gonzalez funda o então Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) – que mais tarde teria o nome simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU) – e envolve-se com diversos eventos culturais de cultura africana.

Mesmo em tempos da ditadura instaurada no país, Gonzalez sentia que assuntos como feminismo, raça e outras temáticas dessas áreas precisavam ser abordadas. Em plena ditadura, Gonzalez ousava, mantendo suas crenças onde fosse possível. Segundo o Projeto Memória (2011), “Lélia Gonzalez assumia sua condição de mulher negra, militando em diferentes organizações de denúncia e enfrentamento ao racismo. Uma mulher comprometida politicamente com a dignidade de sua gente” (PROJETO MEMÓRIA, 2011, s.p). Sobre esse movimento de resistência, Lélia Gonzalez comenta: “Esta resistência cultural que o negro apresenta onde quer que esteja, a gente só vai entender com um conhecimento

muito profundo, muito sério, das instituições das diferentes culturas africanas” (PEREIRA; HOLLANDA, 1980, p. 212).

Sabe-se o quão prejudicial é o racismo, seja para o sujeito negro como indivíduo, assim como para a comunidade negra no geral. O MNU foi criado justamente para denunciar qualquer tipo de ato de discriminação contra o povo negro. A autora, em seus escritos da primeira parte da obra “Lugar de Negro”, publicada em 1982, reflete sobre o tratamento da sociedade brasileira com relação ao povo negro:

Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável. Mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro ou se nega a enfrentar, aí o resultado é trágico para nós negros. [...] Pais de família, desempregados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escolas e sem futuro. E é este racismo coletivo, este racismo institucionalizado que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro. É este racismo institucionalizado que dá segurança para a prática de atos racistas [...] (GONZALEZ, 1982, p. 49).

A união entre o povo negro para a luta pelo fim do racismo deu-se, principalmente, devido aos recentes ataques e mortes de negros em diversos pontos do Brasil. Ser militante negro naquele período, era lutar contra o que os militares no poder pregavam. Segundo eles, não existia discriminação racial no Brasil. O MNU chegou então como a evidência do quão necessário era a união dos negros brasileiros para a mobilização pelo fim do genocídio da população negra. Entre muitas conquistas do MNU, uma, em especial, foi a data de 20 de novembro, que ficou marcada e é lembrada como o Dia Nacional da Consciência Negra. Essa data, a mesma em que Zumbi dos Palmares morreu, transformou-se num ato político para afirmar a história de luta do povo negro. Gonzalez aponta Zumbi como “[...] o símbolo vivo da luta contra todas as formas de exploração” (GONZALEZ, 1982, p. 57).

É importante ressaltar ainda a importância da criação do Dia da Consciência Negra como instrumento de luta, uma vez que a data, até os dias de hoje, abre espaço para discussões de políticas públicas, medidas contra o racismo etc., na sociedade brasileira. Além disso, ressaltamos que o MNU surge, no fim da década de 1970, com um viés à frente de seu tempo, possibilitando que o povo negro seja protagonista de sua própria história, e busque o fim do sofrimento e do racismo como um todo. O Movimento existe atualmente e continua lutando contra a discriminação racial no Brasil. Ademais, foi por meio do MNU que Lélia Gonzalez pode difundir suas falas e ideias em nível nacional e internacional.

Durante as décadas de 1970 e 1980, houve uma releitura de autores que escreviam sobre o período de escravidão no Brasil. Incomodada pela forma como as mulheres eram retratadas, Lélia Gonzalez mostrou uma nova realidade sob o olhar das mulheres negras escravizadas. Também debateu os estereótipos que eram dados ao homem negro. Lélia Gonzalez denunciou que o povo negro não aceitou a escravidão de modo passível e não ofereceu a outra face para o inimigo bater, como as diversas representações sobre o período escravocrata revelam. Segundo Gonzalez, o retrato da passividade não reflete fielmente a dor e a humilhação sofrida pelos negros.

A intelectual e ativista foi importante para a militância negra também dentro da universidade. Por meio de publicações, palestras, Lélia denunciava e discorria sobre questões relativas ao povo negro. Como mulher negra, Gonzalez, por muitas vezes, falou e escreveu sobre essas temáticas, colocando-as em pauta, como forma de dar voz ao seu povo.

No seu texto, intitulado “A categoria político-cultural de amefricanidade”, Lélia Gonzalez apresenta um novo olhar sobre a formação histórico-cultural do Brasil. Primeiramente, essa formação se pautava, ainda que inconscientemente, em formações exclusivamente brancas em níveis europeus. Dessa forma, grande parte da cultura negra era apagada, dando valor apenas às criações do povo branco. Segundo Gonzalez (1988), é desnecessário apontar o quanto esse apagamento é encoberto pelo “véu ideológico do branqueamento”. Para a autora, é esse véu que minimiza a importância do negro para a constituição cultural da sociedade. Na América Latina, o racismo tem como objetivo colocar e manter negros e índios nas condições de explorados e subordinados à classe dita como superior (branca), utilizando o branqueamento como método de continuidade do processo de exploração. Sobre a ideologia do branqueamento, Lélia Gonzalez (1988) aponta que ela é

Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais [...] reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 1988, p. 73).

Isso faz com que as ditas “minorias”, já adentradas à ideologia do branqueamento, busquem esse apagamento de suas culturas primitivas, optando, identificando e tentando usufruir do que é imposto pela cultura dos brancos, dita apresentada como natural e correta. Essas intenções de apagamento da memória e cultura, vindas dos povos oriundos da África, dos povos negros, aparecem em diversos momentos e em diferentes situações na sociedade brasileira. A religião, por exemplo, é uma das formas desse branqueamento. No momento em que a religiosidade é retirada do sujeito, ele é obrigado a buscar uma nova forma de fé. O puritanismo do branco europeu foi o que forçou o povo negro à conversão, colocando em esquecimento a religião de raízes africanas para parte da população negra.

A partir dessas reflexões, Lélia Gonzalez cria a categoria de “amefricanidade”, que advém da noção de que, no processo de colonização pelo qual as américas passaram, em particular o Brasil, houve uma grande influência afro centrada a partir dos povos africanos que desembarcaram em terras brasileiras. Com isso, a dinâmica cultural construiu uma nova identidade étnica para o povo brasileiro.

A “amefricanidade” também diz respeito ao “pretuguês” – outra categoria criada por Lélia Gonzalez. Segundo a militante, ao trabalhar na casa dos senhores, a *Mãe Preta* – mulher negra escrava que tinha o papel maternal na família do branco europeu – conseguiu africanizar a língua portuguesa, dando a ela palavras,

expressões provenientes do idioma africano. Com isso, criou-se um idioma, o “pretuguês”.

Lélia Gonzalez (1983) discorre ainda a respeito de como o racismo está também na língua:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é **Framengo**. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse **r** no lugar do **l**, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o **l** inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa **você** em **cê**, o **está** em **tá** e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (GONZALEZ, 1980, p. 238).

Segundo Ratts e Rios (2010), Lélia Gonzalez passou por um processo de mudança que influenciou na sua ascensão como militante pública do Movimento Negro. “Seu crescimento pessoal se deu pela formação intelectual e pela afirmação de uma consciência no tocante à raça e ao gênero” (RATTS; RIOS, 2010, p. 69). Lélia Gonzalez se construiu como mulher negra – consciente de seu gênero, raça e classe. A construção do sujeito Lélia Gonzalez não se deu apenas intelectualmente e publicamente; a ativista corporizou a negritude. Se antes seu cabelo era liso, depois era cacheado e crespo, com um volume digno de um *black power*. De acordo com Pêcheux (2014, p. 150), “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina”. Assim, o sujeito Lélia Gonzalez passa a ser constituído por esta formação discursiva de ativismo negro e feminismo negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todas as breves reflexões e análises realizadas até o presente momento, podemos pontuar que Lélia de Almeida se constituiu enquanto sujeito a partir de formações discursivas e ideológicas postas em suas condições de produção, assim como Lélia Gonzalez. Desse modo, a constituição de Lélia Gonzalez teve como acontecimento fundamental o casamento dela com Luiz Carlos Gonzalez, que representou a ruptura de Lélia de Almeida em diversos âmbitos da vida, tanto afetivo quanto social e político.

A partir deste breve estudo, foi possível trilhar a trajetória de vida de Lélia Gonzalez – desde sua infância, até sua ascensão como importante ativista do Movimento Negro e Feminista no Brasil – e, com isso, foi possível compreender, por meio de conceitos da Análise de Discurso de linha francesa, as formações que atravessaram Lélia durante a sua vida.

Gonzalez – mulher, negra, vinda de uma família pobre de 18 irmãos –, depois de uma ruptura, percebe que precisaria unir aspectos de sua formação discursiva e transformar em pauta diária de militância, dentro e fora da academia. O sujeito Lélia, antes Almeida e depois Gonzalez, realiza uma passagem dentro de sua própria vida. A partir de seus estudos, utiliza uma linguagem mais acessível do que se espera de alguém que está dentro no ambiente universitário. Gonzalez consegue, de maneira sagaz, transpor em palavras o quanto a comunidade negra sofria em sua época e, ainda, apresentar a importância desse debate. A ativista

destaca esses aspectos em sua caminhada de militante e acadêmica, esboçando categorias antes não estudadas. Por todos esses motivos, até hoje Lélia Gonzalez se mantém como uma das principais estudiosas das temáticas negras e feministas do Brasil.

Com esta pesquisa, buscamos contribuir para os estudos sobre Lélia Gonzalez, na manutenção e fortalecimento de sua memória. Ademais, procuramos trazer notoriedade para ela, que foi um dos nomes mais importantes para o Movimento Negro no Brasil e para o Movimento Feminista Negro Brasileiro.

From “Lélia de Almeida” to “Lélia Gonzalez”: the social and political constitution of the discursive subject Lélia

ABSTRACT

From the studies about subject, discursive and ideological formation in French Discourse Analysis, this article aims to write about the social and political constitution of the subject Lélia de Almeida and Lélia Gonzalez, who are the same person. For the preparation of this research, it was necessary to reflect on the events and situations experienced by Lélia, paying attention to crucial changes in the submissiveness of the subject. The theoretical basis of the work was Eni Puccinelli Orlandi (2006, 2009, 2012, 2013), who theorizes about subject discursive, and Lélia Gonzalez’s biography written by Alex Ratts and Flavia Rios (2010). The research shows that the subject Lélia was crossed by specific discursive and ideological formations in her life, and those were relevant for her composition as subject.

KEYWORDS: Discursive subject. French Discourse Analysis. Lélia Gonzalez.

De “Lélia de Almeida” a “Lélia Gonzalez”: la construcción sociopolítica del sujeto discursivo Lélia

RESUMEN

A partir de los estudios sobre el sujeto, formación discursiva e ideológica en Análisis de Discurso de línea francesa, el presente artículo tiene como objetivo discurrir acerca de la constitución social y política del sujeto Lélia de Almeida y Lélia González, que son una misma persona. Para la elaboración de esta investigación, fue necesaria la reflexión sobre los hechos ocurridos y situaciones vivenciadas por el sujeto, atentándose a los cambios cruciales en su asujecimiento de éste. Para la base teórica del trabajo, se utilizó Eni Puccinelli Orlandi (2006, 2009, 2012, 2013) que discurre sobre el sujeto discursivo y, también, la biografía de Lélia Gonzalez escrita por Alex Ratts y Flavia Rios (2010). El resultado de esta investigación mostró que el sujeto Lélia fue atravesado por formaciones discursivas e ideológicas distintas con el paso de su vida que fueron fundamentales para su constitución como sujeto.

PALABRAS CLAVE: Sujeto discursivo. Análisis de Discurso. Lélia González.

NOTAS

¹ Uma mulher que amamenta o filho que não é seu quando a mãe deste não pode fazê-lo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Paulo Côrrea. **Lélia Gonzalez**: o feminismo negro no palco da história. Brasília: Abravídeo, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu**, v. 26, p. 329-376, jan.-jun. 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 4., 1980. **Apresentação...** Rio de Janeiro: ANPOCS, 1980. p. 223-245.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 43-65.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 443-481.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O Sujeito Discursivo Contemporâneo: um exemplo. *In*: SEAD – SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2. 2005, Porto Alegre. **Conferência...** Porto Alegre: UFRFS, 2005. Disponível em: <http://anaisdo.sead.com.br/2SEAD/CONFERENCIA/EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é lingüística**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio.

Tradução de: Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PEREIRA, Carlos Alberto; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Lélia Gonzales. *In: Patrulhas ideológicas*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 202-212.

PROJETO MEMÓRIA. **Lélia Gonzalez**: o feminismo negro no palco da história. 2011. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/leliaGonzalez/index.jsp>. Acesso em: 3 jun. 2019.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. As referências devem ser feitas de acordo com as normas da ABNT. Segue abaixo alguns exemplos de como fazer as referências.

Recebido: 26/02/2019.

Aprovado: 11/11/2019.

DOI: 10.3895/cgt.v13n41.9680.

Como citar: CIVIERO, Lohana Larissa Mariano, SILVA, Renan Fabrício Lorenzatto da. De “Lélia De Almeida” à “Lélia Gonzalez”: A construção sociopolítica do sujeito discursivo Lélia. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 302-316, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Lohana Larissa Mariano Civiero

Rua: Carlos Gomes, 936, Universitário, Cascavel, Paraná, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

